

JORNAL DO JUDICIÁRIO

Informativo do Poder Judiciário do Ceará | jan/fev/mar de 2017



Lei transfere recursos do Tribunal para priorizar o 1º Grau da Justiça do Ceará sem aumentar despesas

Págs. 4,5 e 6

Corregedoria promove encontros com magistrados

Pág. 12



Desembargadores do TJCE prestam homenagens a Francisco Barbosa Filho

Págs. 10 e 11



Lei de Inclusão garante direito à educação regular sem custo extra

Págs. 2 e 3

Grupo de juízes inicia auxílio a comarcas do Interior

Pág. 7



EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da
Assessoria de Comunicação Social
do Judiciário do Ceará

Chefe da Assessoria
CARMEN INÊS MATOS WALRAVEN

Editor
FRANCISCO JOSÉ

Redatores
CAMILA CARNEIRO, CAROLINA
DO VALE, CRISLEY CAVALCANTE,
EDSON GOMES, EMANUELLY NÉRI,
KARINE WANESSA, RODRIGO FRANÇA,
THYLIANA COSTA E ULYSSES SOUSA

Diagramadores/fotógrafos
CALVIN PENNA E RANNJON MIKAEL

Impressão
COORDENADORIA DE APOIO
OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO CEARÁ

Conecte-se:

 www.tjce.jus.br

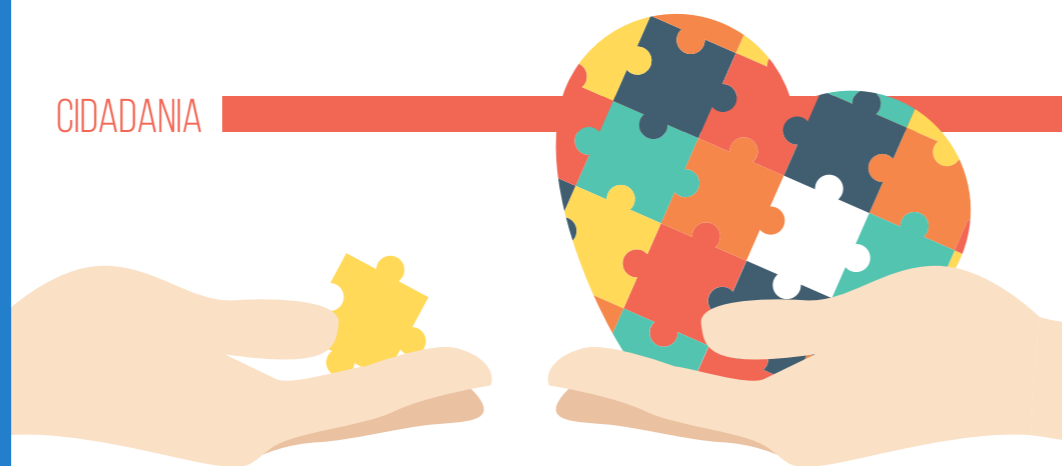
 facebook.com/tjceoficial

 [@tjcenoticias](https://twitter.com/tjcenoticias)

 [@tjceoficial](https://www.instagram.com/tjceoficial)

 [/tjceimprensa](https://www.youtube.com/tjceimprensa)

CIDADANIA



Creche do Judiciário garante inclusão de crianças

A Creche-Escola do Judiciário do Ceará contribui para a formação intelectual de crianças ao garantir inclusão no ensino. Esse direito é previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146/2015), que apresenta série de garantias, como educação na rede regular pública ou particular sem custo adicional.

Conforme a diretora da Creche, Mônica Cruz, existem três alunos que precisam de cuidados específicos. Outros três estão em análise para confirmação de possível transtorno ou deficiência. Em caso de comprovação, é feito o acompanhamento com profissionais de fonoaudiologia, enfermagem e nutrição, sem taxa extra. “Temos ainda as equipes de sala de aula, com uma professora, formada em Pedagogia, e uma auxiliar de serviços educacionais. Elas oferecem apoio à criança e quando notam algum sinal de falha no desenvolvimento alertam a coordenação e a direção, além de conversarem com a equipe de saúde.”

Quando não possuem acompanhamento externo, os responsáveis são orientados a procurar profissionais, como neuropediatra, para fechar diagnóstico. Foi o caso do filho do servidor Rodrigo Xenofonte, que começou a ter suspeitas do Transtorno do Espectro Autista (TEA) quando ingressou na Creche, há cerca de dois

anos. A fonoaudióloga alertou sobre essa possibilidade.

“No primeiro momento, percebemos que o João Lucas tinha algumas diferenças no comportamento e dificuldade na fala. Através de médicos e outros profissionais habilitados pudemos diagnosticar que o João estava inserido no Espectro Autista. No segundo momento, buscamos profissionais para que ele conseguisse melhorar todas as suas capacidades, questões de fala, de comportamento e sensorial, para que pudesse conviver com as outras crianças de uma forma melhor e estar apto para todas as dificuldades que vai enfrentar”.

A partir do ingresso na Creche, o menino obteve melhora significativa em relação ao comportamento, à interação social e à fala. “São pequenos desafios diários, como montar um quebra-cabeça. Para nós cada dia é uma vitória ele brincar com um colega, vencer obstáculos, conseguir definir o que gosta e o que lhe traz

“Há dificuldades desde o diagnóstico, que precisa ser precoce, até o acompanhamento multidisciplinar, de longo prazo e intensivo. Além disso, muitas escolas matriculam, mas não oferecem condições para a criança aprender e se desenvolver pedagogicamente. Muitas estão nas salas somente ocupando espaço”

Fernanda Cavaliéri

certo incômodo.”

A fonoaudióloga da Creche, Camila Beviláqua, explica que a atuação desse profissional em unidade de ensino é fundamental para detectar qualquer atraso no desenvolvimento da aprendizagem, seja deficiência ou não. “A criança sendo estimulada adequadamente, precocemente, vai ter desenvolvimento normal da aprendizagem. Há crianças especiais que necessitam receber adaptação curricular. Então, o fonoaudiólogo facilita essa adaptação para que tenham aprendizagem dentro das limitações.”

O autismo

Segundo o neuropediatra André Cabral, o TEA não é uma doença, mas é considerada como tal para efeitos jurídicos. É um conjunto de características que trazem dificuldades, principalmente na área da comunicação. Reúne atraso na linguagem, dificuldade de interação social, comportamentos repetitivos (dedos, mãos e cabeça), preferência por objetos fixos, seletividade alimentar e intolerância a alimentos mais sólidos. “É um atraso na evolução da linguagem. Por isso, a importância da identificação desde muito cedo, porque a gente, ao observar as primeiras características, já pensa em intervenção precoce.”

São utilizados vários tratamentos com profissionais que usam metodologias específicas. A família e a escola também são essenciais. “Quem tem autismo pode levar uma vida normal, entrar na faculdade, ter uma profissão, namorar, casar, gerar filhos e levar uma vida social muito tranquila. Mas existe um outro grupo de pessoas dependentes dos pais e cuidadores para atividades básicas.”

Associação de familiares

A Associação Fortaleza Azul (FAZ), formada por cerca de 200 fa-

mílias de pessoas com autismo, atua na busca dos direitos das crianças. A presidente da FAZ, Fernanda Cavaliéri, exemplifica que os principais desafios ocorrem nas áreas da educação e da saúde, quando pequenos, e no acesso ao mercado de trabalho, quando maiores. “Há dificuldades desde o diagnóstico, que precisa ser precoce, até o acompanhamento multidisciplinar, de longo prazo e intensivo. Além disso, muitas escolas matriculam, mas não oferecem condições para a criança aprender e se desenvolver pedagogicamente. Muitas estão nas salas somente ocupando espaço”.

O Dia Mundial da Conscientização do Autismo é 2 de abril, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para conscientizar a população e contribuir para derrubar preconceitos. A cor azul é predominante nas campanhas, porque o autismo ocorre mais no sexo masculino.

Acesse facebook.com/fazbrasil e saiba mais sobre a programação.

Decisão judicial

No dia 15 de março deste ano, a 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Ceará manteve decisão que obriga o Município de Palhano (CE) a disponibilizar transporte adequado para criança com autismo que precisa fazer tratamento em Fortaleza. O ente público defendeu que o processo teve embasamento em relatórios de atendimento, que mostram apenas alegações da mãe do paciente. O Juízo da Comarca de Palhano concedeu o pedido. O município recorreu, mas o Câmara manteve a decisão. A relatora, desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves, destacou que o caso se trata de diagnóstico principal de autismo, necessitando de tratamento que assegure melhor qualidade de vida para a criança.

É considerado crime, punível com reclusão de dois a cinco anos e multa, recusar ou cobrar valores adicionais de aluno em estabelecimento de ensino em razão da deficiência

A Lei de Inclusão

A lei nº 13.146/2015 assegura também atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do Sistema Único de Saúde, e garante acesso universal e igualitário. É considerado crime, punível com reclusão de dois a cinco anos e multa, recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão da deficiência, com agravamentos conforme o caso. Estará sujeito às mesmas penas quem impedir ou dificultar o ingresso de pessoa com deficiência em planos privados de saúde, inclusive com cobrança de valores diferenciados.

A Creche-Escola

É um benefício do Judiciário aos filhos e netos de servidores e magistrados, que pagam taxa mensal. A instituição oferece Educação Infantil (II ao V) em tempo integral (8h às 18h) para crianças de 1,8 a 6 anos de idade. Além do ensino regular, disponibiliza atividades extracurriculares (balé, judô e futebol) e alimentação. São 36 profissionais, entre professores, auxiliares, enfermeira, fonoaudióloga e nutricionista. As 120 vagas são disponibilizadas em edital lançado sempre no segundo semestre do ano anterior ao da oferta.

Sancionada lei que transfere recursos do 2º para o 1º Grau da Justiça e amplia atendimento



Governador sanciona a lei, no Palácio da Abolição, com a presença do presidente do TJCE e de outros desembargadores

As Varas e os Juizados de todo o Ceará (que formam a 1ª Instância ou o 1º Grau) ganharão reforço de pessoal para aumentar a produtividade, reduzir o tempo de tramitação dos processos e melhorar a qualidade do serviço. Esse avanço ocorrerá, sem aumento de custos, com a lei que transfere recursos utilizados na remuneração do 2º Grau (Tribunal de Justiça) para o 1º Grau.

A norma sancionada pelo governador Camilo Santana, no dia 4 de abril deste ano, contempla ainda a regulamentação da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR). Publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de abril passa a vigorar dentro de trinta dias.

A matéria, de autoria do Judiciário estadual, teve aprovação na Assembleia Legislativa em 16 de março. Às vésperas da votação, o texto foi aprovado na comissão responsável e passou por debate durante au-

diência pública, com a participação do juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), Luciano Lima Rodrigues, e de representantes dos magistrados, servidores e oficiais de Justiça, entre outros. Antes de ser remetido ao Legislativo, o projeto passou pelo Pleno do TJCE e por debates internos com todos os interessados.

Não haverá aumento de despesas

A referida lei, que trata da reforma da estrutura administrativa do Judiciário, garante aumento de servidores em todas as 184 Comarcas do Estado sem majorar as despesas. Para isso, 81 cargos co-

missionados do 2º Grau deixam de existir, dando lugar a 398 vagas no 1º Grau. Todos os cargos de provimento em comissão recebem outras nomenclaturas, simbologias, remunerações e competências.

O presidente do TJCE, desembargador Gladysson Pontes, explica que apenas a extinção dos cargos comissionados, sem alterar a estrutura funcional, não permitiria a transferência de recursos à 1ª Instância. É importante destacar que se trata de realocação, ou seja, não haverá aumento de custos. O valor destinado à remuneração desses cargos continuará o mesmo, mas distribuído de forma a priorizar o 1º Grau.

Essa medida é recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que os tribunais garantam “a alocação de cargos em comissão ou funções de confiança em todas as unidades judiciárias, em número suficiente para assessoramento de cada um dos magistrados”. Com a nova estrutura, em vez de dispor de um profissional (diretor de Secretaria), os juízes terão dois (assistente e supervisor).

Metade dos cargos para servidores efetivos

Do total de cargos, conforme lei estadual, 50% serão destinados aos servidores de carreira. Dos 398 criados, pelo menos 199 terão como destino os profissionais efetivos. A Presidência do Tribunal garante que as atribuições do assistente de unidade judiciária (comissionado) não se sobrepõem às funções dos analistas judiciários (concursados). São atividades distintas e sem qualquer incompatibilidade quanto à atuação simultânea dos dois servidores.



Reunião com servidores no TJCE

Essa é uma realidade em todo o país, conforme o CNJ.

Por esse motivo, o Conselho expediu a Resolução nº 219, em 26 de abril de 2016, que trata da distribuição mais racional de servidores efetivos e comissionados, ou seja, onde existe mais demanda processual precisa haver maior quantidade de profissionais. A data limite para se colocar as mudanças em prática é 1º de julho de 2017, em todo o país.

Além disso, a partir de 20 de fevereiro de 2017, está ocorrendo a substituição dos terceirizados, determinada pelo CNJ a pedido do Sindi-

Por que a mudança é necessária

A reforma visa promover maior celeridade no 1º Grau, que concentra maior taxa de congestionamento de processos, em relação ao 2º Grau.



Atualização do Código de Divisão Judiciária

A atualização do Código de Divisão e Organização Judiciária do Ceará é objeto de estudo técnico do Grupo de Trabalho supervisionado pelo desembargador Abelardo Benevides. A equipe já iniciou reuniões para tratar da reestruturação. A medida é baseada na Resolução nº 184/2013, do Conselho Nacional de Justiça. O documento trata de providências para extinção, transformação ou transferência de unidades judiciárias e/ou comarcas com distribuição de processos inferior a 50% da média de casos novos por magistrado de cada tribunal, nos últimos três anos.

A previsão é concluir o estudo no mês de abril e entregar o resultado à Presidência do Tribunal de Justiça. O passo seguinte será definir comissão para elaborar o projeto da nova Lei de Organização Judiciária, que precisa passar pela Assembleia e sanção do governador. O Grupo é coordenado pelo juiz auxiliar da Presidência, Marcelo Roseno. Também fazem parte o desembargador Heráclito Vieira Neto; os juízes Ricardo Patrocínio, Gúcio Carvalho, Ricardo Costa, Renato Esmeraldo e Francisco Anastácio Neto; além de servidores.

“Ação Concentrada: Justiça no Cárcere”



Entre os dias 28 e 30 de março, a “Ação Concentrada: Justiça no Cárcere” concedeu 133 saídas antecipadas ou prisão domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica para apenados do Instituto Penal Professor Olavo Oliveira (IPPOO) II, em Itaitinga, na Região Metropolitana de Fortaleza. A iniciativa foi da 2ª e 3ª Varas de Execução Penal da Capital, com a parceria da Secretaria da Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Os detentos beneficiados, que ou estavam perto de cumprir o tempo de prisão ou de mudar do regime semiaberto para o aberto, continuam cumprindo pena, mas de forma diferente do cárcere. Nessa edição, o projeto teve o objetivo de cumprir norma do Supremo Tribunal Federal (STF). Os benefícios foram concedidos após rigoroso estudo jurídico e psicossocial, além de avaliação feita por parte da inteligência policial.

INTERIOR

Grupo de Auxílio inicia calendário de mutirões

Quem tem processos tramitando nas Varas de Iguatu e Acopiara deve ficar atento às movimentações judiciais. Essas são as próximas comarcas a receber visita do Grupo de Auxílio ao Descongestionamento, criado pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) com o objetivo de reduzir o número de ações nas unidades do Interior do Estado.

Em 2017, as atividades iniciaram em 13 de março, na 2ª Vara de Canindé (a 120 km de Fortaleza). Durante cinco dias, houve 1.671 julgamentos e 251 audiências.

Entre 24 e 28 de abril, a equipe vai atuar no Juizado Especial e na 2ª Vara de Iguatu (localizada a 384 km da Capital), onde há 800 processos aptos para julgamento. A previsão é movimentar cerca de 60% desse acervo e promover 87 audiências na área criminal.

Em Acopiara (distante 345 km de Fortaleza), a expectativa é realizar 170 audiências envolvendo casos da 2ª Vara Cível, além de julgar 400 ações de competência de Juizado Especial. Na 1ª Vara, a previsão é analisar 150 processos, que versam sobre assuntos diversos. O mutirão ocorrerá de 8 a 12 de maio.

O calendário deste ano prevê ainda atuação em Arneiroz e Tauá (5 a 9 de junho), Russas (17 a 21 de julho) e Campos Sales (14 a 18 de agosto). Até o fim do 1º semestre deverão ser definidas as demais unidades. A finalidade é contemplar 13 comarcas até o fim de 2017.

A equipe, formada por sete juízes e oito servidores, tem à frente o desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto, do TJCE. O Grupo de Descongestionamento do Interior foi instituído pelo presidente do Tribunal, desembargador Gladysson Pontes, em fevereiro deste ano. Também houve a criação do Núcleo Permanente de Juízes Criminais do Interior, conforme recomendação do Supremo Tribunal Federal (STF).



O supervisor da equipe é o desembargador Inácio Cortez



Representantes do Tribunal e demais interessados participam de audiência pública na Assembleia

cato dos Servidores do Judiciário cearense. A mudança diminuirá a força de trabalho, sobretudo nos Gabinetes dos Desembargadores e nas Secretarias das Varas e Juizados.

Outro fator, de acordo com a Presidência do Tribunal, é o limite dos gastos públicos pelos próximos dez anos, previsto na Emenda Constitucional nº 88, aprovada pela Assembleia Legislativa em dezembro de 2016. Esse mesmo dispositivo proíbe suplementações orçamentárias além do teto fixado na Emenda, “o que é bastante preocupante porque nos últimos anos o TJCE sempre necessitou de créditos suplementares para conseguir pagar as despesas com pessoal”.

Além do congelamento dos gastos por uma década, é preciso respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que limita gastos com folha de pagamento.

Importância das mudanças

Ainda de acordo com o presidente do Judiciário cearense, desembargador Gladysson Pontes, a realocação de recursos na 1ª Instância, “proporcionalmente à demanda, e o fortalecimento da atividade-fim [julgar processo] possibilitarão um incremento significativo da produtividade, garantindo celeridade na prestação da atividade jurisdicional”. O aumento será aferido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal.

“A realocação da força de trabalho e de recursos quanto aos comissionados beneficiará toda a população do Ceará, alcançando todos aqueles que têm demandas em tramitação no Poder Judiciário”, reforçou o magistrado.

Perfil do Judiciário estadual

A Justiça do Ceará é formada por 184 Comarcas. Cada uma corresponde ao território dos municípios. Ao todo, existem 442 Varas (localizadas nos fóruns), 43 Juizados e quatro Turmas Recursais. Essa estrutura é chamada 1ª Instância ou 1º Grau, onde atuam os juízes. No Tribunal de Justiça, os responsáveis pelas decisões são os 43 desembargadores, que representam a 2ª Instância ou 2º Grau.

Normalmente, os problemas chegam ao Judiciário por meio do 1º Grau. Das decisões dos juízes cabem recursos (apelações, por exemplo) ao 2º Grau. Se for proferida por vara, a ação é protocolada no Tribunal. Caso seja de juizado, o processo é de competência das Turmas Recursais, que, apesar de julgarem recursos, fazem parte da 1ª Instância.

Aumento de cargos com o mesmo orçamento

Cargos anteriores à lei:

900

Cargos criados:

398

Cargos extintos:

81

Cargos total:

1.217

“Oficina Pais e Filhos” auxilia famílias a manter relacionamento



As oficinas ocorrem duas vezes por mês, no Fórum Clóvis Beviláqua, com pessoas envolvidas em conflitos familiares

Famílias envolvidas em processos de separação, divórcio, disputa de guarda e agressões, entre outros, têm a oportunidade de resolver os casos e manter o vínculo. Isso é possível com a “Oficina Pais e Filhos”, realizada duas vezes por mês pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Fortaleza, no Fórum Clóvis Beviláqua.

Pais, mães e filhos participam

do projeto por indicação do juiz da Vara de Família na qual a ação está em andamento. As atividades ficam sob a responsabilidade da psicóloga Gleiciane Van Dam, do Cejusc, com o auxílio de voluntários, estudantes, mediadores e pedagogos.

De acordo com a coordenadora do Centro, juíza Jovina d’Avila Bordoni, após participarem da Oficina, os envolvidos passam a ter melhor discernimento sobre a situação. “Esse momento de reflexão repercute na forma como os pais se relacionam com os parceiros e filhos. Percebemos que tanto no âmbito familiar, como até mesmo no prosseguimento do processo, as

pessoas têm consciência melhor do seu papel, principalmente de pai e de mãe.”

Entre os beneficiados está o representante comercial Antônio Marques Novais, de 44 anos. Para ele, que participou no dia 29 de março deste ano, comparecer às oficinas é importante porque permite a reflexão sobre comportamentos inadequados. “Dessa forma, os filhos não são envolvidos nos problemas pessoais dos adultos.”

As oficinas incluem palestras, vídeos e depoimentos sobre temas que buscam a reflexão dos conflitos familiares. Já foram realizadas 39 edições do evento, beneficiando 1.334 pessoas. A iniciativa, do Conselho Nacional de Justiça, é realizada desde 2014 pelo Cejusc de Fortaleza, com apoio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Ceará.



Há ambientes para adultos (pais e mães), crianças e adolescentes

Projeto garante educação para apenados



São ofertados cursos de alfabetização, ensino básico e preparatório

O Judiciário do Ceará mantém o projeto “Aprendizes da Liberdade”, que substitui o recolhimento à unidade prisional, nos fins de semana, por estudo formal. Podem participar apenados do regime semiaberto.

Atualmente, 149 cumpridores de penas trocam o cárcere pela sala de aula. Eles têm 5 horas de estudo aos sábados e 5 horas aos domingos, em série de acordo com o nível de estudo.

São ofertadas turmas de Alfabetização e ensinamentos Fundamental e Médio. As aulas ocorrem no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Gilmar Maia. Há cursos também de operador de câmera e preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Quem nunca teve acesso à escola ou abandonou os estudos ainda na infância aprendem a reconhecer as primeiras letras e a escrever o próprio nome. Para os outros, é o momento de retomar de onde pararam e definir novos objetivos, como chegar à faculdade.

Segundo o juiz César Belmino, titular da 3ª Vara de Execução Penal de Fortaleza, a finalidade “é dar nova perspectiva de vida para esses apenados. Estudando, eles vão ter uma nova chance. É uma porta que se abre na vida deles. Esperamos que não se feche mais e que eles não voltem a cometer crimes e não retornem ao presídio.”

Para a secretária de Justiça do Ceará, Socorro França, “não é o encarceramento que liberta o homem, o que liberta é o conhecimento. Muitas dessas pessoas são excluídas desde o nascimento, nunca tiveram acesso à escola, e agora estão tendo essa oportunidade de inclusão.”

O projeto é da 2ª e 3ª Varas de Execução Penal da Capital, em parceria com as secretarias da Justiça (Sejus) e da Educação (Seduc) do Ceará. Faz parte do programa “Um Novo Tempo”, que contempla várias ações de ressocialização do Judiciário cearense.

TJCE aprova indicação de Nailde Pinheiro e Haroldo Máximo para o TRE



O Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará aprovou, no dia 30 de março deste ano, a indicação dos desembargadores Nailde Pinheiro e Haroldo Máximo para compor o Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE). Já no dia 4 de abril, o Pleno da Corte Eleitoral elegeu os dois magistrados como presidente e vice-presidente, respectivamente. A desembargadora Nailde Pinheiro substituirá o desembargador Abelardo Benevides, a partir de junho. Ela e Haroldo Máximo permanecerão nos cargos por dois anos.

Adoção de crianças e adolescentes

Os interessados em adotar devem procurar o Setor de Cadastro de Adoção, localizado no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, com cópia autenticada da Certidão de Nascimento ou Casamento, da identidade e do CPF; comprovante de residência e de renda mensal; Certidão Negativa de Distribuição Cível; Atestado de Sanidade Física e Mental e dois Atestados de Idoneidade Moral, cada um preenchido e assinado por pessoas diferentes, sem grau de parentesco e com firma reconhecida. Após estudo, entrevista e avaliação, o caso é analisado por juiz e promotor de Justiça. Os aptos passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Adoção.

Julgamento de réus com seis ou mais processos

Juízes de Varas da Área Criminal de Fortaleza estão fazendo esforço para julgar os casos de pessoas com seis ou mais processos. A ação faz parte do Movimento de Apoio ao Sistema Prisional de Réus Multidenunciados (Masp), criado pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A partir do dia 24 de março deste ano, data em que os magistrados receberam a relação das ações, a previsão é concluir os julgamentos em até 150 dias. No âmbito do TJCE, a prioridade será para a análise dos casos de acusados com três ou mais recursos.

TJCE lamenta morte de Barbosa Filho e destaca vida exemplar do desembargador

A magistratura estadual perdeu o desembargador Francisco Barbosa Filho, integrante do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Os desembargadores souberam da morte do colega durante a sessão de julgamento do Órgão Especial, no dia 30 de março de 2017. Ele faleceu naquele dia, vítima de complicações de câncer.

Além de lamentar, eles manifestaram pesar e profunda consternação à família, aos amigos e colegas pelo falecimento. O presidente do TJCE declarou luto oficial de três dias no Judiciário cearense.

“É um momento muito triste para esta Casa perder um magistrado íntegro, vocacionado, determinado, estimulado, acima de tudo, em defesa da magistratura.”

Des. Gladyson Pontes,
presidente do TJCE

“Queria registrar a profunda admiração que sempre nutri pelo nosso querido colega. Um grande exemplo de homem e de juiz.”

Des. Washington Araújo,
vice-presidente do TJCE

“Um magistrado íntegro, trabalhador, sério, independente e honesto. É uma perda muito grande para magistratura e para este Tribunal.”

Des. Darival Beserra Primo,
corregedor-geral da Justiça

“É um momento muito duro. Barbosa era guerreiro, um grande juiz. Foi a pessoa que mais influenciou na minha carreira. Um homem criterioso, organizado e trabalhador.”

Des. Abelardo Benevides,
presidente do TRE/CE

“O que importa é que você [desembargador Barbosa Filho] tenha cumprido na terra a missão para a qual Deus o destinou. E eu acho que o Barbosa assim o fez.”

Des. Fernando Ximenes,
decano (que está há mais tempo em atuação) do TJCE

“Estou emocionado, triste, por perder um colega, um amigo. É lamentável.”

Des. Haroldo Máximo

“O Barbosinha era considerado por todos nós um homem de bem, agregador, que amava tanto essa instituição. Fica a nossa saudade e o nosso reconhecimento pelos relevantes serviços que prestou.”

Desa. Nailde Pinheiro,
vice-presidente do TRE/CE

“Nada nessa vida é por acaso. A vida nem sempre segue a nossa vontade, mas ela é perfeita naquilo que tem de ser, e assim o foi o generoso Barbosinha.”

Desa. Lisete Gadelha

“Tive a felicidade de ser colega do desembargador Barbosa. Muito agradável, competente, trabalhador. Vai deixar muita saudade.”

Des. Emanuel Leite Albuquerque

“Quero expressar meu testemunho da personalidade do desembargador Barbosa. Um homem digno, sério, de personalidade marcante, por quem tinha uma admiração muito grande.”

Des. Lincoln Araújo e Silva

“Ele sempre teve vocação para o Direito, desde quando foi concursado pela Justiça Federal para servidor. Era afetuoso, vocacionado, íntegro e vai fazer muita falta.”

Des. Durval Aires Filho

“Quero falar de saudade. Quero falar do cavalheiro e da sensibilidade. Vou sentir muita saudade do abraço dele.”

Desa. Vilauba Fausto Lopes

“Um grande magistrado, amigo de todos e particularmente meu amigo. A última vez que nos encontramos o deixei com um sorriso no rosto. É essa a imagem que eu vou guardar dele.”

Des. José Tarcílio Sousa da Silva

“O Ministério Público do Ceará acompanha todos os louvores que foram dirigidos ao desembargador Barbosa por causa do valor que ele tinha.”

Procuradora de Justiça Vera,
Ferraz – integrante do MPCE

Perfil

Francisco Barbosa Filho nasceu em Jaguaruana (CE) no dia 1º de setembro de 1948. Começou a carreira de juiz em 23 de janeiro de 1981, na Comarca de Pedra Branca. Atuou ainda em Russas, Igatu e Fortaleza. Na Capital, passou pela 10ª e 18ª Varas Cíveis. No dia 26 de novembro de 2009 tornou-se desembargador do TJCE, pelo critério de antiguidade. Foi integrante da 2ª Câmara de Direito Privado, do Órgão Especial e da Seção de Direito Privado.



Corregedoria intensifica visitas ao Interior

A Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará iniciou, em março de 2017, uma série de encontros com juízes e cartorários das regiões Norte, dos

Inhamuns, do Vale do Jaguaribe, Cariri e Sertão Central do Estado. Segundo o corregedor, Francisco Darival Beserra Primo, o objetivo é orientar, apoiar e dar suporte técnico aos trabalhos realizados, com a finalidade de aprimorar os serviços judiciais (Varas e Juizados) e extrajudiciais (cartórios).

“Essa aproximação é imprescindível. Estamos de portas abertas para trabalhar em par-

ceria, buscando ajudar no que for possível”. O desembargador ressaltou ainda que a Corregedoria estará atenta às atividades dos magistrados e que “vocaçã, conduta e seriedade são primordiais para o bom andamento da prestação jurisdicional”.

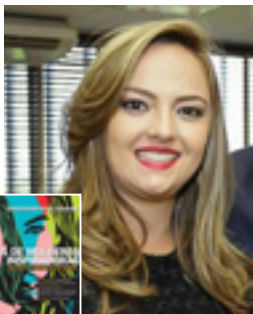
Em relação aos cartorários, o corregedor afirmou que “os notários e registradores têm que oferecer atendimento de qualidade e melhores serviços à população, além de estarem atentos à regularidade e à legalidade do serviço”.



Corregedor explica que o objetivo é auxiliar os juízes

SUGESTÃO CULTURAL

Rebecah Carioca
Oficial de gabinete



LIVRO

Empendedororas. Coaching: Dicas de mulheres inspiradoras que estão no comando de sua carreira

A obra trata da vida de mulheres que estão à frente das respectivas carreiras, não se deixam abater pelas crises, e acabam fazendo disso uma oportunidade de crescimento. Rebecah ressalta que, no livro, as grandes mulheres “compartilham histórias de vida, crenças e opiniões a respeito de fatos cotidianos, além de servirem de inspiração com suas experiências, desafios e conquistas no mundo dos negócios”.

César Belmino
Juiz da 3ª Vara de Execução Penal de Fortaleza



FILME

O Apartamento (2016). Nacionalidade: Irã/França.

O longa, do diretor e roteirista iraniano Asghar Farhadi, é o ganhador do Oscar de melhor filme estrangeiro 2017. Segundo César Belmino, a obra é muito bem desenvolvida e retrata com maestria o drama vivido pela personagem principal, Emad (Shahab Hosseini), professor e ator. “Esse drama é caracterizado por conflitos morais complexos que nos levam a bons reflexos e convencimentos. ‘O Apartamento’ é um filme surpreendente. Recomendo”.

Ana Emília
Servidora do Departamento de Registros Funcionais e Financeiros



LIVRO

Cem anos de solidão

De Gabriel García Márquez, a obra narra a história da família Buendía na aldeia de Macondo. Emília destaca que o livro é considerado o segundo melhor da língua espanhola também é um dos destaques da literatura latino-americana. “A história é fabulosa e o autor leva a gente por um enredo fantástico, com personagens inesquecíveis, que você termina de ler e sente saudade deles.”

Yasmin Oliveira
Funcionária da Corregedoria-Geral da Justiça



FILME

Estrelas além do tempo

Conta a história de três mulheres negras que, em plena Guerra Fria, tentam mostrar todos os dias suas competências na Nasa, onde trabalham. Elas lidam com o preconceito para ascender no trabalho. A película foi indicada ao Oscar de melhor filme deste ano. “Gostei muito pelo fato de terem mostrado as histórias escondidas que existiam na época. O enredo fala de superação da segregação racial, do feminismo, de empoderamento”, ressaltou Yasmin.